

## Contributo para o Plano Regional de Saúde 2030

**Entidade:** Individual

**Resumo/Descritor:** Desinvestimento do CS Calheta

Necessidade de investir em: ao nível de ampliação, colocação TAC, melhoria de equipamentos, recursos humanos

**Texto:**

“Venho por este meio expor o seguinte:

1. Não se compreende que se esteja a prever construir um novo bloco para o Centro de Saúde de Velas quando esta unidade de saúde inaugurou obras em setembro de 2023 (instalações pertença da Santa Casa da Misericórdia de Velas).
2. Como justifica o Governo Regional o investimento num novo bloco num centro de saúde que nem pertence à Região(?).
3. A crise sísmica vulcânica de 2022, não ensinou nada a V. Exas. Felizmente não se verificaram acontecimentos de maior gravidade, mas estas ocorrências vieram provar a necessidade de investir no CSC.

Relembrando que se verificou o realojamento de um número significativo de residentes do Concelho de Velas na ponta da ilha (freguesias de Santo Antão e Topo), é importante refletir sobre a necessidade e importância de intervir adequadamente no centro de saúde central quer a nível de ampliação, colocação de um TAC (porque o único existente na ilha está localizado em Rosais e é privado), melhoria de equipamentos (nomeadamente RX), e aumento dos recursos humanos, pois na altura foi provado que seria a principal unidade de saúde a prestar serviço a toda a ilha.

Pede-se que o Plano Regional de Saúde 2030 seja reconsiderado, tendo em conta:

1. O CSC, é a única unidade de saúde em São Jorge que pertence ao Governo e que tem várias possibilidades de ampliação;
2. O CSC é a única unidade de saúde que fica mais perto da maior parte da população da ilha, estando situado numa localização com várias vias de acesso o que permite

prestar auxílio à ilha toda (sul, norte, este e oeste), possibilitando que todos sejam tratados com equidade;

3. Ao contrário do Centro de Saúde de Velas, não está colocado num local de risco de inundações e de maremotos com 1 única via de acesso.

Espera-se que a participação pública seja tida em conta por V. Exas e que reflitam seriamente sobre o exposto.”